

"Pelo Pão e pela Liberdade": a luta contra a exploração de escravizados e livres no Rio de Janeiro entre meados do século XIX e início do XX

Kenia Miranda* e Romulo Mattos**

Resenha do livro:

MATTOS, Marcelo Badaró – Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

Professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Marcelo Badaró Mattos é um pesquisador de destaque no campo da História social do trabalho, pelo menos, desde a publicação de *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, em 1998¹. Em seu novo livro, *Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, o historiador se dedicou ao estudo da formação da classe trabalhadora carioca entre meados do século XIX e início do XX. A sua hipótese é a de que em tal processo não só a experiência dos trabalhadores livres, mas também “a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação da nova classe de trabalhadores assalariados” (p.21).

O autor inscreveu sua pesquisa no campo dos estudos que tomam como fundamentais os conceitos de classe social e luta de classes, dividindo com os leitores o seu profundo conhecimento da obra de Edward P. Thompson². Na análise desenvolvida no livro *Escravizados e Livres*, foi particularmente inspirador o ponto de vista de Thompson de que “a análise do processo de formação deve recuar aos momentos anteriores, formadores de padrões e valores, forjados na luta de classes, que orientam a

visão de mundo da 'nova' classe” (p.30).

No primeiro capítulo, Mattos reconstruiu o terreno de transformações materiais em que se moldou a “experiência” – novamente nos termos de Thompson – de homens e mulheres, escravizados e livres, que trabalhavam no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. Com relação aos aspectos econômicos e sociais, o autor abordou os modos de viver – como por exemplo moradia, transporte e condições de saúde da população – e trabalhar na cidade – salário, emprego e condições insalubres de trabalho – e a forma pela qual os trabalhadores traduziram as experiências das diversas modalidades de exploração.

O historiador questionou a existência de um mercado de trabalho assalariado na maior parte do século XIX, tendo em vista a abrangência temporal da escravidão, a diversidade das formas de emprego da força de trabalho cativa e também as várias modalidades de exploração não assalariada de trabalhadores livres.

Vale destacar que Marcelo Badaró Mattos encontrou no ambiente fabril – comumente privilegiado entre aqueles que estudam a formação da classe trabalhadora assalariada típica do capitalismo – a possibilidade de avaliar o grau de diversidade na exploração do trabalhador escravizado. Além disso, ratificou a idéia de que houve uma integração funcional entre elementos livres e escravos nas

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e professora do Colégio Pedro II.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

1 MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

2 A perspectiva de cultura em Thompson foi estudada por Mattos em seu estágio de pós-doutoramento, no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Parte dos resultados dessa pesquisa pode ser vista em: MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. Outubro (São Paulo), v. 14, p. 81-110, 2006.

fábricas cariocas do Oitocentos.

Ao tratar da dimensão da exploração na experiência dos trabalhadores – a principal problemática do capítulo –, Marcelo Badaró Mattos abordou “a contraditória positividade do compartilhamento de territórios comunitários do ponto de vista da criação de uma identidade entre os diversos setores da classe trabalhadora urbana” (p. 75). Embora tenha dado destaque ao lado africano da vida comunitária associada às moradias e bairros dos trabalhadores, o professor da UFF não desprezou a forte presença estrangeira na força de trabalho carioca da época.

Quanto a esse ponto, pode-se dizer que o historiador não se deixou levar pela sedução de uma análise calcada apenas na imagem da “cidade negra”³, recorrente na historiografia sobre o Rio de Janeiro. Essa opção se mostrou acertada por que a convivência entre livres e escravizados até 1888 – e entre nacionais e estrangeiros antes e depois deste ano – nas precárias moradias coletivas, contribuiu para as comparações entre as diferentes condições dos trabalhadores – uma questão central para o desenvolvimento de sua hipótese.

O segundo capítulo adentra o terreno das muitas formas de organização que propiciaram uma rica troca de experiências entre os trabalhadores escravizados e livres – configurando, em muitos casos, um amálgama das lutas pela liberdade e contra a exploração. A análise de processos de formação da classe trabalhadora na Europa foi realizada nesta seção não para apresentar um modelo a ser buscado no caso brasileiro, mas, justamente, para demarcar a singularidade da experiência histórica concreta aqui desenvolvida – que tinha nas experiências européias parte de suas referências.

Neste momento, abriu-se espaço no livro não só para as organizações tradicionais da classe trabalhadora, como os partidos e os sindicatos – que precisam ser compreendidos no escopo das tradições anteriores –, mas também para outras modalidades organizativas, como as irmandades e as associações mútuas – que foram analisadas, de forma inovadora, através de suas inter-relações.

Tais modalidades organizativas, ora motivadas por interesses específicos, ora por interesses de classe, partiam da compreensão de que havia interesses comuns entre seus associados – sentimento este que em diferentes momentos e

patamares interpretativos seriam fundamentais para o desenvolvimento processual de uma identificação de classe. Com efeito, o autor nos levou ao encontro de experiências que tornaram tênues os limites inicialmente existentes nos modelos do associativismo: associações mútuas com características sindicais e de vinculações abolicionistas, assim como irmandades que, paradoxalmente ao objetivo fundador de cristianizar negros, possuíam conotações organizativas de resistência à escravidão – expressas, por exemplo, na compra sistemática de alforrias. A luta pela liberdade aproximou ainda tais organizações aos quilombos urbanos e às maltas de capoeira, no entrelaçamento permeado de conflitos e solidariedade vivido pelos trabalhadores cariocas.

Variados foram os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos em sua trajetória de lutas, a qual não se esgotou na abolição; embora a partir deste marco tenham se consolidado e generalizado organizações típicas de classe – tais como partidos e sindicatos – e ações como as greves. Estes são os aspectos tratados no terceiro capítulo, intitulado “Resistência e luta”.

Para comprovar que a classe trabalhadora em formação “não era monocolor” (p. 168), o autor recorreu a diversos exemplos de greves ocorridas na segunda metade do século XIX, destacando, de um lado, o pioneirismo dos tipógrafos, e, de outro, o dos escravos do estaleiro e fundição da Ponta d'Areia. Décadas mais tarde, a população carioca participou de revoltas como a do Vintém e a da Vacina. Apesar de terem sido vistas pelas classes dominantes como uma onda irracional, estas rebeliões urbanas construíram um espaço de questionamento quanto às formas de viver e trabalhar impostas pela superexploração à população. O comportamento organizativo da classe em formação divergia da ideologia que buscava disseminar a passividade inerente ao povo brasileiro e despertou a repressão do braço armado do Estado, a polícia.

O Abolicionismo, movimento social considerado pelo autor como o mais significativo da segunda metade do século XIX, é interpretado a partir da relação dos indivíduos livres com a luta dos escravos e do papel relevante, mas que não pode ser superestimado, da legislação emancipacionista no processo de superação da escravidão.

Está certo que Mattos atentou para o fato de que homens como Joaquim Nabuco tentaram promover uma memória segundo a qual o fim da escravidão teria sido obra exclusiva de um grupo ilustrado de abolicionistas. No entanto, ao insistir na

3 Termo originalmente proposto em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

idéia de que os abolicionistas teriam sido companheiros de luta dos escravos contra a escravidão – o que é justo –, o autor deixou de enfatizar a diversidade de interesses contidos no Abolicionismo, que também tinha o objetivo de arrefecer os conflitos presentes na transição da mão-de-obra escrava para a livre.

O autor nos convida a acompanhar os traços de continuidade das lutas travadas entre o período anterior à abolição e o advento da República através da trajetória do padeiro João de Mattos – que por esse motivo assumiu um papel central no livro. Organizador de fugas em massa de escravos das padarias de Santos, João passou por São Paulo e, mais tarde, chegou à Corte. A sua história de vida é marcada pela luta em prol daqueles a quem chamou de “escravizados de fato” e, no pós-abolição, de “escravizados livres”.

Todos os capítulos, em seus diferentes objetos, buscaram interpretar o campo da consciência em formação, mas no quarto capítulo que foram analisadas as manifestações mais sistematizadas de uma consciência coletiva através dos discursos registrados principalmente em jornais identificados com os trabalhadores. Em contraposição à perspectiva da chamada *linguistic turn* – corrente que trata o discurso como o principal elemento estruturante da vida social –, os escritos analisados pelo autor ganharam materialidade através da história de homens livres e escravos nos cortiços, ruas e fábricas da cidade do Rio de Janeiro. Um pensamento em relevo nesta análise foi, como salienta o autor, que, diante da falta de uma ética de positividade do trabalho num país marcado pela instituição da escravidão, a valorização do trabalho seria uma das primeiras funções das organizações de trabalhadores para criar uma identidade própria de toda a classe.

Mattos notou que os termos autoidentificatórios dos trabalhadores livres variavam entre dois pólos: de um lado, o artista, associado ao trabalho qualificado; de outro, o operário – trabalhador fabril, assalariado industrial. O autor ponderou que não é possível “precisar um momento único, um ponto de inflexão preciso em que a tradução mais objetiva de experiências compartilhadas numa identidade comum, de classe, fosse generalizada” (p.206), mas várias características de uma consciência de classe estavam presentes entre os trabalhadores assalariados das primeiras décadas do século XX.

Conforme o historiador refletiu, foi em meio à heterogeneidade – expressa em fatores de distinção como a nacionalidade, o gênero e as condições dos

trabalhadores – que se construiu a identidade de classe. No que tange especificamente à afirmação de igualdade entre operários brancos e negros (existente mesmo antes da Abolição), havia, de um lado, um discurso que realizava um paralelo entre a escravidão e a exploração aos trabalhadores; de outro, um discurso que fazia apelos à necessidade de união, independente da raça ou da cor de pele.

Mattos elegeu como fundamentais duas pistas acerca das tradições anteriores que seriam resgatadas e reconfiguradas pela consciência de classe em formação no Rio de Janeiro: a dignidade do artista – ou a respeitabilidade do ofício – e a luta pela conquista da liberdade. Nas palavras do próprio autor: “Em suas combinações, nem sempre isentas de contradições, essas tradições [...] alimentaram uma geração que guerreou a 'escravidão de fato', mas também estendeu seu combate à 'escravidão dos livres', percebendo-se como classe trabalhadora em meio a essas lutas” (p. 224).

Essas representações identitárias – a dignidade do trabalho e a luta pela liberdade – destacam-se no Lema da Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria, fundada pelo já mencionado João de Mattos: “Pelo Pão e pela Liberdade”.

Por tudo que foi visto aqui, *Escravizados e livres* é leitura obrigatória para os estudiosos do mundo do trabalho e dos trabalhadores. Cabe destacar o fecundo diálogo com a vasta bibliografia utilizada, sendo ela constituída, basicamente, de obras sobre a História da escravidão, a História social do trabalho, a História econômica – um campo que não vinha sendo visitado pelos autores que trataram da importância dos escravos e ex-escravos na formação da classe trabalhadora carioca – e a História social urbana.

Outro fator a ser ressaltado é a extensa pesquisa documental sobre a qual o trabalho se assenta, que consegue integrar: jornais operários e da grande imprensa; estatutos, compromissos e relatórios de irmandades e associações; e documentação policial e judiciária.

Em suma, a vigorosa pesquisa que temos em mãos - resultado de tese de titularidade defendida, na UFF, em 2005 - contribui de maneira original para a reflexão do processo complexo e contraditório de *fazer-se* classe trabalhadora no Rio de Janeiro em contraposição às várias faces da exploração.